EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS
anacampos.df@dabr.com.br

GDF vai contratar aposentados

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 7/3/19

O governador Ibaneis Rocha (MDB) publicou, ontem, decreto que permite contratação de servidores aposentados ou militares inativos nos quadros do GDF. A medida regulamenta de lei de autoria do deputado Roosevelt Vilela (PSB), aprovada no ano passado na Câmara Legislativa. Não poderá ser contratado servidor aposentado por incapacidade permanente ou com idade igual ou superior a 75 anos. As regras devem atender ao interesse público e serão fixadas de acordo com a demanda de cada órgão, sempre em caráter temporário. A remuneração do contratado não pode ser superior a 30% da fixada para os servidores efetivos que desempenhem atividades semelhantes. O servidor terá direito a férias e 13° salário, mas a remuneração não será incorporada.

MP pede mais fiscalização em cinemas e shoppings

O procurador distrital dos direitos do Cidadão, José Eduardo Sabo Paes, oficiou, ontem, o secretário de Proteção da Ordem Urbanística do DF, Cristiano Mangueira de Sousa, para que tome providências para ampliar a fiscalização de cinemas e praças de alimentação em shoppings. Chegaram ao Ministério Público do DF reclamações de que não estão sendo cumpridas adequadamente as restrições sanitárias impostas por força da pandemia, como distanciamento mínimo, cobrança do uso de máscaras e higienização constante dos espaços.

União em família

O ex-senador Cristovam Buarque está em Pernambuco num encontro de família. Pela primeira vez, em décadas, ele se reuniu com todos os irmãos. Foi na praia dos Carneiros. A confraternização juntou 30 familiares: dona Gladys, as filhas, netos, irmãos, sobrinhos, sobrinhos-netos e cunhados. Foi até uma bebê nascida na Austrália. Enquanto isso, ele analisa o quadro político com espírito de confraternização. Mas união só familiar. Cristovam é contra federação de seu partido, o Cidadania, com legendas como o PSDB.

Novo aponta paradoxo

O Partido Novo ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade contra o artigo 12 da LDO que estabelece novas regras para o cálculo do Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que prevê um valor de R$ 5,7 bilhões para 2022. Na ação, assinada pelo advogado Paulo Roque, pré-candidato do partido ao Senado, o Novo afirma: "Não bastassem os desmandos praticados pelo Parlamento no orçamento via chamadas 'emendas de relator' e das próprias emendas impositivas dos parlamentares, a sociedade brasileira vive hoje uma situação absolutamente paradoxal em plena pandemia: pode faltar recursos para a saúde, programas sociais, mas não pode faltar recursos públicos para as milionárias campanhas eleitorais".

Crédito: Instagram

Arquivo pessoal

Armada

Como fiel aliada do presidente Jair Bolsonaro, a deputada Bia Kicis (PSL-DF) faz propaganda de armas. No seu perfil no Instagram, ela postou uma foto da pistola 6.35 no lado esquerdo do peito. Com o dedo no gatilho.

À QUEIMA-ROUPA

ERIC SEBA
Ex-diretor-geral da Polícia Civil do DF

Arthur Menescal/Esp. CB/D.A Press

"Ainda quero trabalhar bastante. Quero uma sociedade mais justa e melhor. Fui procurado por algumas lideranças políticas que sinalizaram no sentido de uma candidatura a deputado distrital nas eleições proporcionais"

Depois de três anos fora da PCDF, o que mudou? Na sua opinião, houve avanços?

Nos últimos três anos, procurei me manter distante, mas, apesar disso, recebo muitas mensagens. Várias delas lamentando mudanças negativas que teriam ocorrido da gestão anterior para a atual. Várias aquisições (como viaturas e armas), reformas de prédios e outras tiveram seus processos iniciados na gestão anterior e concluídos na atual. A máquina como um todo continuou andando, me parece sem muitas novidades.

A atual gestão implantou as delegacias abertas durante 24 horas. Por que não funcionava assim antes?

A questão do plantão 24 horas é tema bastante complexo. A existência dele implica necessariamente na composição de uma equipe completa (com delegados, agentes e escrivão) com o objetivo de iniciar imediatamente investigações sobre crimes, em especial os mais graves. Não é o que ocorre atualmente. Apesar de termos registrado o maior número de nomeações, comparando os últimos quatro governos, o quadro de servidores está muito defasado. Tentamos implantar o serviço voluntário gratificado, que manteria os plantões funcionando (que possibilitou funcionar atualmente), mas por obstáculos diversos, inclusive da oposição, não foi possível. Para não parar as investigações, tivemos que optar por trabalhar com parte das delegacias sem plantão 24 horas. Se não me engano, mantivemos 17 delegacias funcionando 24 horas.

Há anos, os policiais civis esperam pela paridade. Acha que agora sai?

Se não fosse a manipulação de oportunistas e intransigência de lideranças de classe, a paridade poderia ser uma realidade. Havia várias questões políticas que interferiram negativamente no processo, por isso buscamos uma mediação judicial. Com o apoio do Ministério Público, foram feitas várias propostas perante o Judiciário, também extremamente sensível à questão, mas infelizmente todas foram rechaçadas em assembleias. Certo que a paridade nunca foi tema simples, tanto que o atual governo prometeu implantar no primeiro mês e até hoje nada. Circulou esta semana que deverá sair alguma coisa de aumento no ano que vem, mas sem alcançar a paridade. Na minha opinião, assim como o das 32 categorias, movimento meramente eleitoreiro.

Um reajuste agora pode ajudar na reeleição de Ibaneis Rocha?

Com certeza, na cabeça de políticos fisiologistas, qualquer afago em termos de aumento salarial para funcionário público é uma forma de robustecer seu intento eleitoreiro. Não acredito que fará muita diferença no resultado final das eleições. O atual titular do Buriti já mostrou que de novo não tem nada. Adepto da velha política. O povo não é mais bobo.

Como você avalia hoje, três anos depois de se aposentar, a relação do governo Rollemberg com a Polícia Civil do DF?

A relação do governo Rodrigo Rollemberg com a Polícia Civil foi marcada por amor e ódio. As pessoas sabem que ele e sua equipe foram probos. O preço político por ter feito escolhas técnicas em detrimento das politiqueiras foi alto. O que mais pesou em desfavor foi a questão da paridade. A maioria enxerga atualmente que houve muita manipulação durante o processo. Interesses políticos, de informação, manipulação, etc. Uma infinidade. As lideranças daquela época hoje estão caladas, simplesmente porque o interesse da instituição, dos servidores ou o interesse público nunca foram a pauta principal.

Quais são seus planos para o futuro?

Tenho convicção de que me aposentei de forma prematura. Ainda quero trabalhar bastante. Quero uma sociedade mais justa e melhor. Fui procurado por algumas lideranças políticas que sinalizaram no sentido de uma candidatura a deputado distrital nas eleições proporcionais. Estou estudando o melhor caminho, mas certo é que precisamos mudar urgentemente a forma de fazer política no DF. A grande razão das chagas sociais reside na corrupção e fatos reiterados e recentes mostram isso. Precisamos combater de forma dura e frequente a corrupção, como iniciamos na nossa gestão quando criamos a estrutura de combate à corrupção, à época a Cecor.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

ENTREVISTA — **José Eduardo Sabo Paes, procurador do Ministério Público do DF**

Pais devem decidir sobre vacina

Em entrevista ao *CB.Poder*, o procurador destaca que a Saúde precisa ter as doses suficientes para ofertar. "Nós temos que encontrar e sensibilizar cerca de 200 mil pessoas que ainda faltam ir aos postos para tomar a 1ª e 2ª doses", diz

» RENATA NAGASHIMA

O procurador do Ministério Público do DF, José Eduardo Sabo Paes, foi o entrevistado do CB.Poder *de ontem — programa do* **Correio Braziliense** *em parceria com a TV Brasília. Na bancada, a conversa foi conduzida pela jornalista Ana Maria Campos. De acordo com o procurador, cabe aos pais e responsáveis decidirem sobre a vacinação de crianças entre 5 e 12 anos, autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na última semana. "Em relação às crianças, que não tem capacidade plena de tomar decisão, temos os pais, que vão decidir se vão tomar ou não", disse.*

Ed Alves/CB/DA Press

Quanto à vacinação de crianças, existe essa polêmica envolvendo o presidente Bolsonaro, que é contra, mas a Anvisa autorizou, como o MP vai lidar com a situação?

Durante a pandemia vivenciamos diversas fases e momentos. Primeiro o desconhecimento e a ignorância de não saber causas e conhecimentos de causas e efeitos, mesmo porque as pesquisas são demoradas e tem sim, no começo, caráter de provisoriedade, mas é o que temos. As agências internacionais e a nossa, umas das mais qualificadas, que é a Anvisa, buscaram, no decorrer da pandemia, certificar as melhores práticas para que fossem homologadas nos países. Aqui, o poder público teve que tomar medidas certas para ver as doses disponíveis e a forma de distribuição, priorizando a área médica, depois antes de iniciar a idade de 60 anos, os com comorbidades. Foi uma luta para identificar e dar presença. Depois chegamos aos 18 anos e, conforme disponibilidade, baixamos para 12 anos. Agora temos para crianças de 5 a 12 anos. Em relação às crianças, que não têm capacidade plena de tomar decisão, temos os pais, que vão decidir se vai tomar ou não.

Houve muita controvérsia sobre como funcionaria a vacina, mas o plano de imunização funcionou?

Funcionou e foi cumprido. E é sucesso. Nós temos, em termos mundiais, um dos maiores números de vacinados.

O senhor é a favor do passaporte de vacina?

Eu sou a favor. Há exigência entre países desde o início, comprovação de testes ou vacinação. É importante, e se faz isso há muitos anos, inclusive para febre amarela.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, antecipou o prazo de cinco para quatro meses para a terceira dose. Como vai ser no DF?

Essa é uma das formas de darmos mais proteção a todos. O DF tem adotado a política de acompanhar as decisões do Ministério da Saúde, e temos que valorizar o PNI.

Como vai ser esse processo, já que o sistema foi hackeado?

É necessário levar o cartão onde foram anotadas as outras doses. Infelizmente, existem pessoas que não são do bem e ficam destruindo o sistema. Em alguns postos tem o registro prévio, mas temos que melhorar a comunicação. Semana passada fiz uma reunião com as secretarias de Saúde e Comunicação com o poder público do governo para que a gente melhore a comunicação e, inclusive, faça uma busca ativa. Nós temos que encontrar e sensibilizar cerca de 200 mil pessoas que ainda faltam ir aos postos para tomar a 1ª e 2ª doses. Umas áreas rurais e outras que não têm acesso. O Poder Público vai fazer um trabalho para que os postos fiquem abertos até as 22h, hoje temos dois, em Ceilândia.

Tem o caso das pessoas que rejeitam a vacina; é possível fazer com que mudem esse olhar?

Sim. Acredito muito na sensibilização, o conjunto familiar é muito importante para sensibilizar. Os estudos técnicos científicos são muito importantes também. Não podemos desistir de ninguém. Mesmo para aqueles que são negacionistas, isso é normal. Todas as vacinas se tornam obrigatórias. E não é só a terceira dose, isso vai ser anual. A vacina de covid vai ser para sempre, como a da gripe, vai ser de rotina.

Na Europa, está tendo lockdown de novo. Qual a diferença da realidade deles para a nossa, o que causou essa situação tão grave na Europa?

São algumas diferenças, uma delas é a questão das estações do ano e do ritmo da vacinação. No verão europeu não tinha sequer 50% vacinados e reabriram. Eles se anteciparam em razão da força do turismo. O segundo problema foi a política da União Europeia, que centrou os esforços em apenas um fabricante, isso impactou demais, porque não tiveram liberdade como aqui, que tivemos três a quatro vacinas.

O senhor teve muito trabalho este ano. O que foi feito de mais importante em 2021?

Este foi um ano difícil. A doença se apresentou em diversas fases desde março de 2020. E em 2021, nos deparamos com uma nova situação: a de implementar a vacinação e aumentar a publicização dos efeitos positivos da vacinação. Foram várias situações, então, tivemos que dar continuidade a todas as políticas acompanhando os gestores públicos, integrando as nossas ações com a do poder público e interface com o poder Judiciário, isso que é a força-tarefa.